

Docência na educação infantil durante a pandemia:

percepções de professoras e professores

Teaching in early childhood education during the pandemic:
teachers' perceptions

Docencia en educación infantil durante a pandemia:
percepciones de profesoras y profesores

LÍVIA MARIA FRAGA VIEIRA*

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte- MG, Brasil.

BRUNO TOVAR FALCIANO**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro- RJ, Brasil.

RESUMO: Este artigo apresenta e comenta a resposta dos/as docentes da educação infantil na pesquisa *Trabalho Docente na Educação Básica em tempos de pandemia*, realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da UFMG, em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). Buscou-se conhecer os efeitos sobre as condições de vida e trabalho gerados pelo isolamento social e o uso intensivo de tecnologias digitais. Também se apresenta breve perfil da oferta institucional e profissional da educação infantil no Brasil, seguido de uma análise do comportamento do poder público municipal quanto às medidas em relação à pandemia. Verifica-se que na educação infantil os/as docentes apresentaram mais fragilidade que outras etapas da educação básica em relação a diferentes aspectos do trabalho remoto.

* Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em Ciências da Educação pela Université René Descartes- Paris V. Atualmente é professora da Universidade Federal de Minas Gerais, onde integra, como pesquisadora e vice-coordenadora, o Grupo de Pesquisas sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO). *E-mail:* <liviafraga59@gmail.com>.

** Mestre e doutorando em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. É membro do Grupo de Educação Infantil e Políticas Públicas (EIPP). Tem ainda experiência na área de Gestão e Análise de Dados, bem como é graduado em Engenharia de Produção Mecânica pela PUC-Rio. *E-mail:* <bruno@tovar.com.br>.

Palavras-chave: Trabalho docente. Educação infantil. Isolamento social. Pandemia Covid19.

ABSTRACT: This article presents and comments on the response of early childhood teachers in the *Trabalho Docente na Educação Básica em tempos de pandemia* research, carried out by UFMG's *Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente*, in partnership with the *Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação* (CNTE). We sought to know the effects on living and working conditions generated by social isolation, and the intensive use of digital technologies. A brief profile of the institutional and professional offer of early childhood education in Brazil is also presented, followed by an analysis of the behavior of the municipal government in terms of measures in relation to the pandemic. It appears that in early childhood education, teachers were more fragile than in other stages of basic education in relation to different aspects of remote work.

Keywords: The work of teaching. Early childhood education. Social isolation. Covid19 pandemic.

RESUMEN: Este artículo presenta y comenta la respuesta de los/las docentes de educación infantil en la investigación *Trabalho Docente na Educação Básica em tempos de pandemia* (*Labor Docente en Educación Básica en tiempos de pandemia*), realizada por el Grupo de Estudios sobre Política Educativa y Trabajo Docente de la UFMG, juntamente con la Confederación Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE). Se buscó conocer los efectos en las condiciones de vida y laborales que genera el aislamiento social y el uso intensivo de tecnologías digitales. También se presenta un breve perfil de la oferta institucional y profesional de la educación infantil en Brasil, seguido de un análisis del comportamiento del gobierno municipal en cuanto a medidas en relación con la pandemia. Se verifica que en la educación infantil los/las docentes son más frágiles que otros segmentos de la educación básica en relación con diferentes aspectos del trabajo a distancia.

Palabras clave: Trabajo docente. Educación infantil. Aislamiento social. Pandemia Covid19.

Introdução

A pandemia do Covid-19 assolou o planeta desde o início de 2020, trazendo consequências em diferentes dimensões da vida e do trabalho dos seres humanos. Afetou de forma diferenciada crianças, jovens e adultos de todas as idades, nos distintos países e regiões, pelos seus efeitos na organização dos sistemas escolares de maneira global. Mais de 90% de estudantes e milhões de professores/as de 188 países foram afetados pela suspensão das escolas devido à pandemia, segundo dados da Unesco (2020). Nessa crise sem precedentes, de proporção global, educadores e famílias tiveram que lidar com a imprevisibilidade e, em benefício da vida, novas maneiras de ensinar e aprender foram exigidas. Com a necessidade do isolamento social, quase todos nós estamos lidando com as formas digitais de trabalhar, ensinar, aprender e interagir.

A nova situação tem sido acompanhada de esforços de pesquisa de universidades, grupos de investigação tanto nas áreas das ciências biológicas, em busca da cura e de tratamentos da saúde, quanto nas áreas das ciências sociais, ensejando conhecer os efeitos econômicos, sociais e psíquicos sobre as condições de vida e do trabalho gerados pelo isolamento social e o uso cotidiano e intensivo de tecnologias digitais.

Este artigo tem o objetivo de apresentar e comentar os resultados de um desses esforços, a pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), intitulada *Trabalho Docente na Educação Básica em tempos de pandemia*. A pesquisa contou com respondentes das três etapas da educação básica e suas modalidades, perfazendo o total de 15.654 docentes. Vamos destacar as respostas dos/das docentes da educação infantil.

A educação infantil (EI), primeira etapa da educação básica, inclui as creches, para crianças de 0 a 3 anos de idade, e as pré-escolas, para aquelas na idade de 4 e 5 anos, conforme a legislação nacional da educação brasileira.

O artigo está organizado em três partes. Primeiramente, vamos apresentar breve perfil da oferta institucional e profissional da educação infantil no Brasil. Em seguida, procuramos situar o contexto do atendimento escolar nesta etapa da educação básica, evidenciando o comportamento do poder público municipal quanto às medidas adotadas em relação à pandemia e a segurança da comunidade escolar. Por último, serão apresentados e comentados os dados da pesquisa, complementados por outros levantamentos realizados no período de maio a agosto de 2020.

Perfil da oferta institucional e profissional da educação infantil

Nas últimas duas décadas, presenciamos uma expansão importante da oferta de educação infantil no Brasil. Se por um lado ainda não universalizamos o acesso obrigatório das crianças de 4 e 5 anos à pré-escola e ainda apenas 1/3 das crianças de 0-3 anos tem a oportunidade de frequentar uma creche, por outro, o Brasil mais que triplicou o

número de matrículas em creche e ampliou em 23% as matrículas de pré-escola entre os anos de 1999 e 2019. Para atender a esse novo contingente de crianças que passaram a fazer parte do sistema educacional, contou-se com o incremento de quase 53 mil escolas e a contratação de 264 mil docentes para atuar na creche, bem como foram necessárias 21 mil novas escolas e 113 mil docentes para atender à pré-escola.

Tabela 1: Variação do número de matrículas, escolas e docentes do ensino regular em creche e pré-escola entre os anos de 1999 e 2019

	1999	2019	Diferença	Variação
Matrículas				
Creche	831.978	3.755.092	2.923.114	351%
Pré-escola	4.235.278	5.217.686	982.408	23%
Escolas				
Creche	18.603	71.403	52.800	284%
Pré-escola	80.878	102.335	21.457	27%
Docentes				
Creche	48.284	312.615	264.331	547%
Pré-escola	214.123	327.699	113.576	53%

Fonte: Tabulação própria a partir das Sinopses da Educação Básica do Inep.

Esses números impressionam, principalmente no atendimento às crianças de 0-3 anos de idade. É como se o Brasil tivesse aumentado, em média, ao longo de 20 anos, todos os dias, 400 matrículas em creche, aberto sete escolas por dia e contratado 36 docentes diariamente só para esta etapa. Não é por menos que, em 2019, a educação infantil já representava 19% das matrículas, estava presente em 64% das escolas e concentrava 27% de todos os docentes que atuavam na educação básica. Se considerarmos ainda a obrigatoriedade de atendimento da população de 4-17 anos e a meta de atendimento do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, que prevê, no mínimo, o atendimento de metade das crianças de 0-3 anos, estimamos que a educação infantil chegará ainda a representar 24% de todas as matrículas da educação básica e haverá a necessidade de um incremento de 29 mil escolas e a contratação de mais de 153 mil docentes, se mantivermos o número de matrículas por escola e a proporção de crianças por docente de 2019¹.

Não há dúvida sobre a consolidação da educação infantil como primeira etapa da educação básica, e são notórios os avanços nos últimos anos. Entretanto, ainda há desafios a serem superados. Se olharmos, por exemplo, a formação docente, a partir da Tabela 2, notamos que ainda há disparidades entre as diferentes etapas educacionais. Enquanto

quase todos os docentes do ensino médio possuem graduação e, nos anos finais do ensino fundamental, pelo menos nove a cada 10 possuem esta formação, na educação infantil apenas três a cada quatro docentes possuem formação de nível superior.

Tabela 2: Número total de docentes e proporção do nível de escolaridade dos docentes por etapa do ensino regular da educação básica no ano de 2019

	Ed. Básica	Ed. Infantil	Ensino Fund. (anos iniciais)	Ensino Fund. (anos finais)	Ensino Médio
Total de docentes*	2.212.018	312.615	751.994	755.986	507.931
Fundamental	0%	1%	0%	0%	0%
Ensino Médio	14%	25%	16%	8%	3%
Ensino Superior	85%	75%	84%	91%	97%

Fonte: Tabulação própria a partir das Sinopses da Educação Básica do Inep.

*A tabela detalha as etapas do ensino regular, porém, o total da educação básica inclui também a educação especial, a profissional e a de jovens adultos. Importante ainda destacar que um docente pode atuar simultaneamente em mais de uma das etapas.

Além da formação, a Tabela 3 nos mostra que o perfil docente também é substancialmente diferente. Os docentes da educação infantil são em geral mais jovens e predominantemente do sexo feminino. Enquanto que na educação infantil 17% dos docentes possuem até 29 anos de idade e apenas 16% possuem mais de 50 anos, nas demais etapas essas proporções são da ordem de 11% e 23%, respectivamente. Na educação infantil, temos apenas 2,5% de docentes do sexo masculino, proporção que vai aumentando, progressivamente, até chegar a 42% no ensino médio.

Tabela 3: Número total de docentes, proporção por faixa etária e proporção por gênero por etapa do ensino regular da educação básica no ano de 2019

	Ed. Básica	Ed. Infantil	Ensino Fund. (anos iniciais)	Ensino Fund. (anos finais)	Ensino Médio
Total de docentes*	2.212.018	312.615	751.994	755.986	507.931
Até 24 anos	3,6%	5,7%	3,0%	3,2%	2,2%
25 a 29 anos	9,2%	11,7%	8,0%	9,1%	8,8%
30 a 39 anos	32,9%	35,9%	31,5%	33,0%	34,0%
40 a 49 anos	32,7%	30,7%	35,9%	32,4%	31,4%
50 a 54 anos	11,3%	9,2%	12,1%	11,5%	11,7%
55 a 59 anos	6,5%	4,7%	6,4%	6,9%	7,3%
60 anos ou mais	3,7%	2,1%	3,3%	3,9%	4,6%
Feminino	79,7%	97,5%	88,4%	67,5%	58,2%
Masculino	20,3%	2,5%	11,6%	32,5%	41,8%

Fonte: Tabulação própria a partir das Sinopses da Educação Básica do Inep.

* A tabela detalha as etapas do ensino regular, porém, o total da educação básica inclui também a educação especial, a profissional e a de jovens adultos. Importante ainda destacar que um docente pode atuar simultaneamente em mais de uma das etapas.

Por fim, não podemos deixar de destacar que a educação infantil é a etapa que possui maior presença da iniciativa privada em relação às demais etapas da educação básica. Na creche, temos uma a cada três matrículas atendidas por uma escola privada e na pré-escola uma a cada quatro. Enquanto isso, nas demais etapas essa proporção vai diminuindo chegando a praticamente uma a cada 10 no ensino médio.

Tabela 4: Número total de matrículas e proporção de atendimento público e privado por etapa do ensino regular da educação básica no ano de 2019

	Ed. Básica	Creche	Pré-escola	Ens. Fund. (anos iniciais)	Ens. Fund. (anos finais)	Ens. Médio
Total de matrículas*	47.874.246	3.755.092	5.217.686	15.018.498	11.905.232	7.465.891
Pública	81%	65%	77%	81%	85%	87%
Privada	19%	35%	23%	19%	15%	13%

Fonte: Tabulação própria a partir das Sinopses da Educação Básica do Inep.

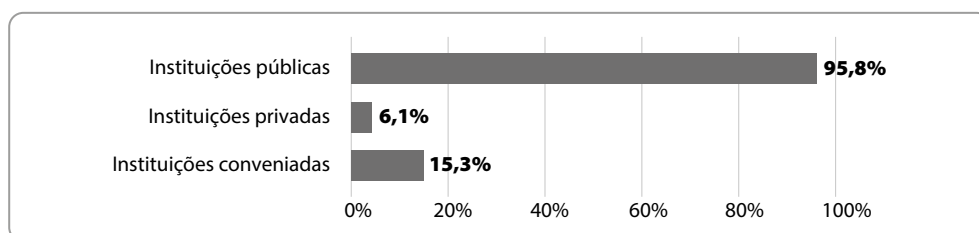
*A tabela detalha as etapas do ensino regular, porém, o total da educação básica inclui também a educação especial, a profissional e a de jovens adultos.

Medidas adotadas pelo poder público municipal durante a pandemia

Uma vez contextualizado, brevemente, o perfil da oferta institucional e profissional da educação no Brasil, situaremos agora o atendimento escolar nesta etapa da educação básica, evidenciando o comportamento do poder público municipal durante o período de isolamento social imposto pelas medidas de proteção sanitária decorrente da pandemia do Covid-19, no ano de 2020. Para tanto, fizemos uso do levantamento realizado pelo Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib), que, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), procurou identificar as orientações e ações das secretarias de educação direcionadas à educação infantil no contexto da pandemia de Covid-19. Esse levantamento foi realizado no período de 27 de abril a 01 de junho de 2020, portanto, na primeira etapa do isolamento social, e contempla 1.904 respostas válidas, cada uma de uma secretaria municipal de educação (SME) ou órgão equivalente. O levantamento não teve a intenção de construir uma unidade amostral que propiciasse a extrapolação dos dados para toda a população, mas foi capaz de consolidar informações de 26 das 27 unidades da Federação e oferecer dados que possibilitassem reflexões como as que elaboramos a seguir.

Durante os meses de março e abril de 2020, vimos no Brasil o isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19 impor rapidamente novas medidas de proteção sanitária que afetaram a vida de todos. Segundo o levantamento realizado pelo Mieib, a maior parte das SME (86,5%) deu orientações específicas para as instituições de educação infantil e essa orientação foi, quase unanimemente (94,1%), para que as atividades presenciais fossem suspensas.

Gráfico 1: Proporção de municípios que enviaram orientações segundo o perfil da instituição

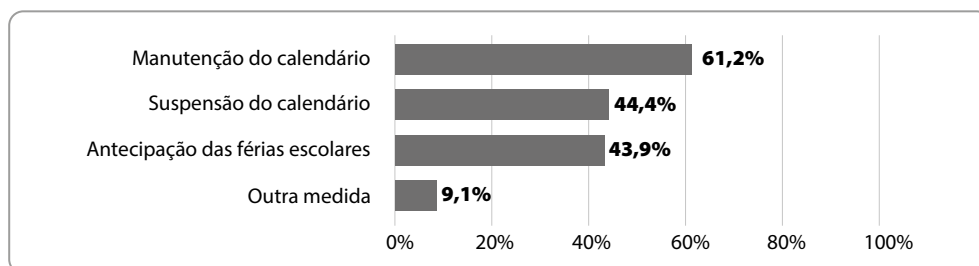


Fonte: Tabulação própria a partir dos dados brutos do levantamento do Mieib.

Obs.: Para esta questão, foram obtidas 1.654 respostas do universo de 1.904 participantes da pesquisa.

Todavia, apesar de orientações específicas, estas não foram enviadas para todos os perfis de instituições que atendem a educação infantil. Em 95,8% dos municípios, as SME enviaram orientações para as instituições públicas, em 6,1% para as instituições privadas e em 15,3% para as conveniadas. Portanto, uma parcela significativa da rede ficou sem orientações da SME uma vez que é marcante a participação das instituições privadas e dos convênios no atendimento à educação infantil².

Gráfico 2: Proporção de municípios segundo medida adotada no caso de suspensão das atividades presenciais



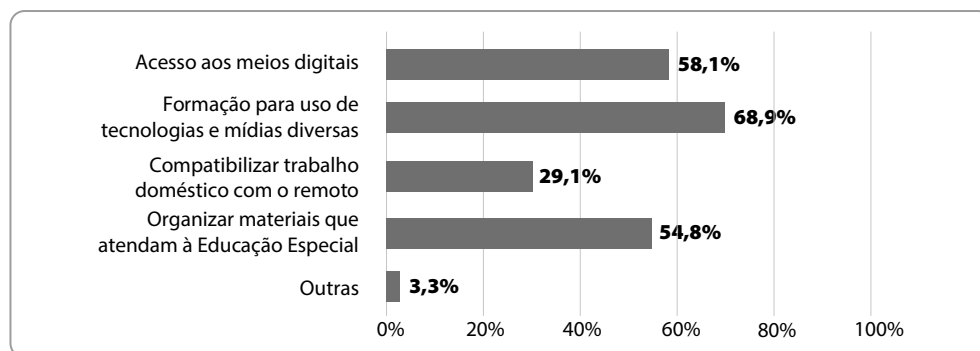
Fonte: Tabulação própria a partir dos dados brutos do levantamento Mieib-Undime.

Obs: Para esta questão, foram obtidas 1.891 respostas do universo de 1.904 participantes da pesquisa.

A suspensão das atividades presenciais não significou paralisação de atividades educativas com as crianças de 0-3 anos em creche e de 4 e 5 anos em pré-escolas. O Gráfico 2 demonstra que, em praticamente 2/3 dos municípios em que as aulas presenciais foram suspensas, houve manutenção do calendário escolar e diversos docentes que atuam na educação infantil foram chamados a dar continuidade às atividades pedagógicas. Pode-se perguntar como estariam realizando aulas ou atividades pedagógicas a distância? Que condições os profissionais teriam para continuar com a sua prática docente? Os alunos conseguiriam acompanhar? O isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19 nos confrontou com essas e outras questões e, mesmo sem tempo de discutir e buscar

respostas, os docentes foram desafiados a encontrar soluções e a superar dificuldades relacionadas ao atendimento a distância como as explicitadas pelo Gráfico 3.

Gráfico 3: Proporção de municípios segundo as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de educação

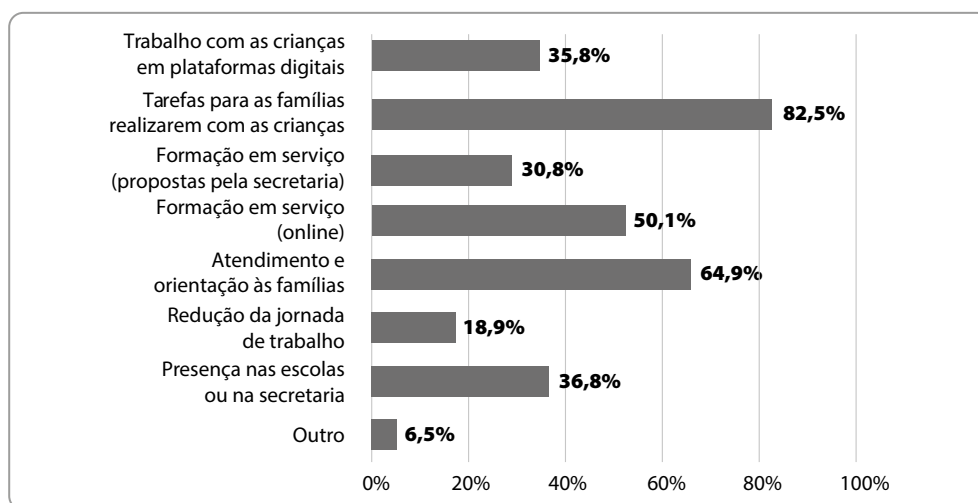


Fonte: Tabulação própria a partir dos dados brutos do levantamento Mieib-Undime.

Obs: Para esta questão, foram obtidas 1.834 respostas do universo de 1.904 participantes da pesquisa.

Em mais da metade dos municípios, as SME declararam que os profissionais de educação enfrentavam dificuldade em relação aos meios digitais (58,1%), a formação para uso de tecnologias e mídias diversas (68,9%) e a organizar materiais que atendessem à educação especial (54,8%). Além disso, as SME informaram que praticamente 1/3 dos profissionais de educação infantil estavam apresentando dificuldade de compatibilizar o trabalho doméstico com o remoto.

Gráfico 4: Proporção de municípios segundo os procedimentos adotados para o cumprimento da carga horária pelas/os profissionais da educação (efetivas/os e com contratos temporários) durante esse período de pandemia



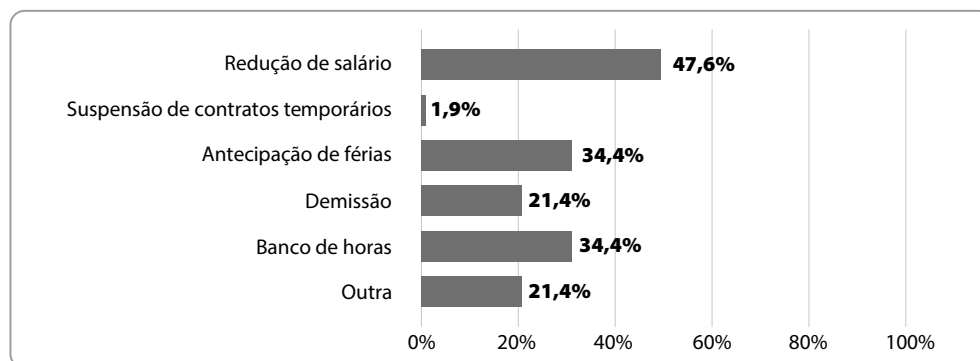
Fonte: Tabulação própria a partir dos dados brutos do levantamento Mieib-Undime.

Obs: Para esta questão, foram obtidas 1.859 respostas do universo de 1.904 participantes da pesquisa.

Apesar das dificuldades, ao mesmo tempo em que novas demandas de trabalho surgiram na busca pela manutenção do calendário escolar, as/os profissionais da educação infantil tiveram que se adequar a diferentes procedimentos para o cumprimento da sua carga horária, bem como viveram diferentes efeitos sobre as relações de trabalho.

No Gráfico 4, podemos notar que as três medidas mais frequentes nos municípios da amostra foram a determinação de envio de tarefas para as famílias realizarem com as crianças (82,5%), a disponibilidade para atendimento e orientação às famílias (64,9%) e a participação em atividades de formação em serviço (*online*), mas, mesmo com as medidas de isolamento social, em muitos municípios (36,8%) houve a determinação de presença nas escolas ou na secretaria em sistema de rodízio.

Gráfico 5: Proporção de municípios segundo as medidas trabalhistas adotadas para as(s) profissionais(os) da educação da rede pública (efetivas/os e com contratos temporários).



Fonte: Tabulação própria a partir dos dados brutos do levantamento Mieib-Undime.

Obs: Para esta questão, foram obtidas 1.740 respostas do universo de 1.904 participantes da pesquisa.

Por sua vez, o Gráfico 5 mostra-nos que as relações trabalhistas nos municípios da amostra foram marcadas preponderantemente pela redução de salários (47,6%), antecipação de férias (34,4%), utilização de banco de horas a serem compensadas posteriormente (34,4%) e demissão (21,4%).

Trabalho docente na educação infantil na pandemia

Desde os primeiros meses da pandemia, as municipalidades adotaram a suspensão das atividades presenciais nas escolas, como se pode conhecer pelos resultados do *Levantamento do Mieib* (2020) e do *Relatório da Undime* (2020), quando em 2/3 dos municípios houve manutenção do calendário escolar e a maioria dos/as docentes na educação infantil foram convocados a dar continuidade às atividades pedagógicas. Foram instituídas algumas orientações para o ensino remoto, passando a atividade docente a ser exercida no âmbito domiciliar. Passamos a trabalhar remotamente, com a mediação das tecnologias digitais, que requerem equipamentos, infraestrutura e conectividade.

Nesse contexto, o Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, da Universidade Federal de Minas Gerais, realizou a pesquisa que buscou conhecer a percepção de professores(as) das redes públicas da educação básica, sobre Condições de Trabalho, Relação com os estudantes, Formação e Saúde. Aqui trazemos as respostas de docentes da educação infantil (EI) ao Questionário, autoaplicado, disponibilizado na plataforma *GoogleForms* nos dias 08 a 30 de junho de 2020.

Na educação infantil, é necessário considerar que as respostas se referem principalmente ao trabalho remoto com crianças em idade de frequentar a pré-escola, com 4 até 6 anos. Os resultados dos levantamentos do Mieib/Undime acima citados, realizados no

período de abril e maio deste ano, nos mostram que a quase totalidade dos municípios suspenderam as aulas, sendo que em 60% houve continuidade com atividades remotas.

Os respondentes que atuam na EI somaram 3.253 professoras/es, 21% da amostra total da pesquisa, de 15.654 docentes. As mulheres preponderaram sobre os homens, sendo 95% dos respondentes. A presença feminina na EI é majoritária no Brasil, o que é também tendência global.

Essas mulheres respondentes são mais jovens que as outras da educação básica, considerando a três etapas, confirmando a estrutura etária do professorado da educação básica.

Atuam, majoritariamente, nas redes municipais, 88%. Com efeito, os municípios são os principais empregadores das profissionais da EI no Brasil, pois são a instância federativa responsabilizada constitucionalmente pela oferta da primeira etapa da educação básica, constituindo hoje 71,4% da oferta institucional, empregando 72,6% do total de docentes na educação infantil.

Um dos objetivos da pesquisa foi conhecer sobre a sua relação com o trabalho remoto e as atividades realizadas neste período de suspensão presencial das creches/escolas. Quais efeitos sobre a jornada de trabalho, as condições de trabalho, a relação com os estudantes/as crianças, as interações?

Verificou-se que 91% declararam não possuir experiência anterior com ensino remoto, percentual maior que o encontrado para o conjunto da educação básica. No ensino médio, 84% se enquadrava nessa situação.

Quase um quarto dos/as respondentes (22%) consideraram difícil ou muito difícil lidar com as tecnologias digitais.

Frente às novas necessidades para o trabalho docente e a ausência de experiência anterior declarada pelas professoras respondentes, quais foram as respostas do poder público municipal ou estadual em relação à formação e ao apoio para os docentes lidarem com estas novas situações? As respostas obtidas indicaram que 55,1% não estavam recebendo nenhum tipo de formação. Quase 17% tiveram acesso a formação oferecida pela secretaria ou órgão de educação, outros 17% tiveram acesso a tutorial *online* com informações sobre ferramentas virtuais. A situação na EI revela-se mais fragilizada, pois o percentual dos que não estavam recebendo formação foi de 41,8% para o conjunto da educação básica. Se desagregamos esse resultado por rede de ensino, vamos verificar que 53,6% dos/as docentes municipais não haviam recebido qualquer formação para uso de tecnologias digitais, o que significou mais que o dobro encontrado entre os/as docentes das redes estaduais de ensino (24,6%) (Gestrado, 2020). A situação mais vulnerável dos/as docentes da EI poderia ser explicada pela sua vinculação trabalhista ser predominantemente com os municípios?

Como o questionário abarcou o período de 08 a 30 de junho, quarto mês de suspensão de atividades presenciais, é preocupante saber que mais da metade dos/as que

estavam atuando na EI, não haviam recebido qualquer formação para lidar com tecnologias digitais. Por outro lado, constatamos que 78% das respondentes estava realizando atividades profissionais em casa ou na própria escola (5%), somando 83% trabalhando durante a pandemia. Mesmo quem não estava realizando atividades escolares, estava em interação com as crianças (9%).

Os resultados gerais mostraram também que a suspensão total das atividades escolares, sem diretrizes para o ensino remoto, atingiu com maior intensidade os/as docentes das redes municipais de ensino, onde se concentram aqueles/as que atuam na EI.

O trabalho remoto requer a disponibilidade de equipamentos, como celulares, *notebooks*, computadores e conectividade eficiente. O celular estava sendo utilizado por 93,6% das professoras/es da EI. Em segundo lugar, está o *notebook*, usado por 61,2%. O computador, em terceiro lugar, disponível para 24,3%.

Mas, nem sempre tais equipamentos são de uso exclusivo das docentes, tendo em vista que 52,4% afirmaram que compartilham com outras pessoas da casa os recursos tecnológicos, percentual mais elevado que o encontrado na educação básica. Apenas 0,3% não possuem tais recursos.

Um dos motivos citados para a frustração entre docentes com o trabalho remoto é a precariedade das interações e o isolamento social, o que se pode saber por meio de inúmeras reportagens sobre o trabalho docente neste contexto onde se obteve depoimentos sobre o tema. A busca de interações virtuais depende do acesso a equipamentos digitais por parte dos estudantes e das famílias, a capacidade para uso dessas tecnologias digitais, a conectividade também. Mais de 70% dos respondentes da EI atribuíram a diminuição da participação ao fato de os estudantes não terem acesso à internet e aos demais recursos necessários para conectar. As famílias não conseguem auxiliar os estudantes para a realização das atividades – é o que 19% responderam. Os resultados do *Levantamento Undime* revelaram que 83% dos alunos das redes públicas do Brasil vivem em famílias vulneráveis (que recebem até um salário mínimo per capita), sendo que 54% dessas famílias não possuem banda larga de internet, e 2/3 só acessam internet pelo celular (UNDIME, 2020).

Com efeito, para 34% dos respondentes houve drástica redução da participação das crianças. Para 47% houve diminuição. Como estariam as crianças, onde estariam e em quais condições? Estas são questões que estão sendo recorrentemente aventadas nos debates e palestras *on-line* (*lives*), quando se discute sobre os direitos à educação neste contexto da pandemia e sobre as vulnerabilidades de todo tipo na vida da maioria de nossas crianças, em razão das desigualdades sociais, das condições de moradia e do acometimento de violências domésticas.

Está havendo sobretrabalho na situação de trabalho remoto? Os resultados mostram que as docentes percebem que a sua carga de trabalho aumentou em horas dedicadas. Mesmo que esta percepção tenha ocorrido em menor grau em comparação aos/as docentes das outras etapas da educação básica, o que pode ser explicado pelas dificuldades

de interações remotas com crianças muito pequenas e a conectividade das famílias, a maioria das(os) docentes da EI (74,8%) concordaram que houve aumento das horas de trabalho na preparação de aulas não presenciais em comparação com a preparação de aulas presenciais.

O sobretrabalho acontece em contexto doméstico privado, onde outras tarefas são necessárias para a reprodução e onde também os tempos/pausas de descanso podem (ou poderiam) ser aí usufruídos. O isolamento, a sobrecarga de trabalho, as desigualdades de gênero trazem consequências para o trabalho remoto – que são diversas para homens e mulheres: cuidar de crianças e idosos na família e o trabalho doméstico geralmente é a principal responsabilidade das mulheres em casa. Além disso, no trabalho docente ocorre em maior grau uma invasão do trabalho na vida, no cotidiano doméstico do trabalhador da educação (SILVA; FISHER, 2020), situação que pode ter sido agravada com a pandemia, sobretudo para as mulheres.

Nessas circunstâncias, estariam os/as docentes recebendo algum suporte institucional para o desenvolvimento das atividades remotas? No *Questionário*, os suportes oferecidos foram classificados como: plataforma ou aplicativo pedagógico; materiais impressos; aulas por TV ou rádio; apoio pedagógico. Esses suportes são variáveis conforme a rede de ensino. Prepondera no âmbito municipal o oferecimento de materiais impressos e o apoio pedagógico, sendo que o uso de plataformas e aulas por TV ou rádio estão significativamente mais presentes nas redes estaduais. O que se verificou é que, à medida que se avança nas etapas/subetapas da educação básica, aumenta a cobertura de suporte oferecido aos docentes. Assim, a pior situação referiu-se à EI, em que 15% declararam não estar recebendo suporte, e a melhor, no ensino médio (9%) (GESTRADO, 2020). Essa situação pode ser igualmente explicada pela maior vinculação da EI aos municípios, onde já se constatou percentual mais elevado dos que não estavam recebendo nenhum suporte.

Os formatos de aula remota disponibilizados aos estudantes são diferenciados entre as etapas/subetapas da educação básica. Os professores(as) da EI foram os que mais realizaram a gravação de videoaulas, tendo sido produzidas por mais da metade dos participantes (56,1%). Diferentemente, 42,5% dos professores(as) do ensino médio realizavam aulas remotas ao vivo. Esse percentual é superior aos valores encontrados no ensino fundamental e na EI, onde apenas 13,4% dos respondentes utilizaram esse recurso (GESTRADO, 2020).

Incerteza sobre o futuro, medo de adoecer e perder o emprego e a renda, angústia são sentimentos que os professores dizem estar sentindo, segundo algumas pesquisas realizadas no período da pandemia (INSTITUTO PENÍNSULA, 2020; GESTRADO, 2020).

Sentir-se emocionalmente exausto, “preocupado em manter a si e a suas famílias seguras, a gestão sensível da própria relação com os filhos em casa, tristeza por perder amigos e parentes durante a pandemia, falta de interação afetiva com colegas de trabalho,

alunos e amigos” são questões e sentimentos que contribuem para o estresse dos professores (SOLDATELLI, 2020).

Todos esses aspectos podem ser observados nas respostas de professores de educação infantil a um grupo de orientadores pedagógicos da Secretaria de Educação de Contagem, município com mais de 600 mil habitantes, próximo a Belo Horizonte, Minas Gerais (CONTAGEM, 2020).

A princípio, o grupo pediu às escolas que organizassem grupos de discussão sobre a situação que viviam desde o fechamento das escolas para as crianças. As respostas contaram sobre momentos de insegurança, medo, angústia, sensação de fragilidade. Esses sentimentos foram confirmados pelas respostas a um questionário *online* de 470 professores, 40% de todos que atuam na educação infantil em Contagem. A maioria (89%) trabalhava nas escolas municipais, que recebem crianças de 1 a 5 anos. As respostas evidenciam um sentimento de insegurança quanto à possibilidade de as escolas serem obrigadas a abrir antes que haja uma vacina para o coronavírus.

“Não me sinto segura em voltar à escola antes de tomarmos a vacina. A educação infantil é um espaço de interação, afeto, cuidado e educação. As crianças ainda estão aprendendo sobre higiene, [...] colocam as mãos na boca, exploram o ambiente, se tocam, se abraçam, não tem como a gente controlar isso. [...] Agora é um momento em que devemos valorizar a vida” (Contagem, 2020, p. 30).

Docentes são profissionais que realizam um tipo de trabalho baseado em interação. É uma “profissão de relação” (DEMAILLY, 2008). Para quem trabalha com crianças pequenas, as relações supõem maior proximidade física entre crianças e adultos, bem como entre as próprias crianças. Por outro lado, as medidas de prevenção da contaminação por coronavírus recomendam evitar proximidades, contatos, e isso é fonte de preocupação entre as professoras da educação infantil.

O último levantamento realizado em agosto pelo Instituto Península, com 2.749 respondentes validados de todas as etapas da educação básica, mostrava que o maior desafio apontado por 86% dos respondentes da EI era “retomar o funcionamento escolar em condições sanitárias adequadas para que se evite a disseminação do coronavírus” e “lidar com o receio de contaminação do vírus” (INSTITUTO PENÍNSULA, 2020).

Considerações finais

Os/as docentes da educação infantil representam 27% da força de trabalho da educação básica no Brasil. Atuam em creches e pré-escolas. São mais de 95% de mulheres, com idade média de 40 anos. As prefeituras municipais são o principal empregador: 72,6% têm vínculo de trabalho com órgãos públicos dos municípios, em geral da educação (INEP, Censo Escolar, 2019).

Segundo resultados da pesquisa, em junho de 2020, 78% dos/as respondentes da EI estavam em trabalho remoto, realizando atividades de ensino. Para tanto, utilizavam maciçamente o celular, em seguida o *notebook* e por último o computador. Mais de 90% não possuíam experiência anterior de trabalho remoto. De resto, situação em que se encontrava o professorado brasileiro da educação básica, convivendo com os desafios daí decorrentes, tendo mais ou menos apoio e direcionamento dos órgãos da educação, em condições diversas de trabalho, e buscando formas de melhorar as interações com as crianças/estudantes e as famílias, mas confrontados com as dificuldades em relação à conectividade digital, no contexto das intensas desigualdades sociais e das fragilidades das políticas públicas de prover a democratização do acesso à internet. Pois, nem todos os municípios possuem estrutura tecnológica para a oferta do ensino remoto e para municiar os/as docentes nessa tarefa (UNIDIME, 2020).

Essa situação é desafiante também pelas dificuldades de adesão dos estudantes/das crianças às atividades *on-line*. Seja pela fragilidade dos equipamentos e conexões disponíveis, seja porque a maioria dos brasileiros acessa a internet pelo celular, com plano de dados limitados. E “o celular é do adulto”, conforme depoimento de professora da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, colhido em novembro para este artigo, sobre a situação do alunado da escola onde trabalha, situação conhecida por meio de levantamento realizado pela instituição. Nessa escola de ensino fundamental, mais de 94% das crianças compartilham o *smartphone*, que é do adulto, que o utiliza para trabalhar e se comunicar. Outro depoimento de diretora de uma escola de educação infantil (EMEI), do mesmo município, revelava que 80% dos familiares atendidos não possuíam acesso à internet, o que praticamente impedia a comunicação com as crianças.

A realidade vivida pelas(os) professoras(es) e diretoras das instituições públicas de educação infantil durante esta crise sanitária é dinâmica. Esse período da pandemia vem sendo permeado por intensos debates por meio de *lives* produzidas pelas escolas de educação infantil, pelas universidades e outras instituições da sociedade que se dedicam aos estudos e mobilizações sobre a educação infantil e a primeira infância. Os temas sobre a garantia dos direitos das crianças à educação, como organizar apoio psicológico aos professores e aos estudantes, como planejar retorno às atividades presenciais mobilizam diariamente os profissionais e especialistas da educação infantil.

A pesquisa do Gestrado foi realizada em junho e já estamos perto do fim de 2020. Em agosto, os docentes continuavam se sentindo ansiosos e, embora tendo superado em parte o despreparo para o ensino remoto, se sentiam mais sobrecarregados do que no início da suspensão das atividades presenciais. Mais que seus colegas das outras etapas da educação básica, estavam “preocupados com estratégias de acolhimento e apoio emocional para as crianças”, na possibilidade do retorno às aulas nas escolas de educação infantil (INSTITUTO PENÍNSULA, 2020).

Recebido em: 01/11/2020 e Aprovado em: 25/11/2020

Notas

- 1 Esta estimativa foi realizada, considerando que a escolaridade obrigatória de 4-17 anos corresponde a 14 anos de escolarização e que atender 50% das crianças em creche corresponde a uma escolaridade média de 2 anos nessa etapa. Portanto, a educação infantil corresponderia a uma média de quatro anos de um total de 17 anos de escolaridade, em outras palavras, 24%.
- 2 As orientações para as instituições privadas não são dadas exclusivamente pelas SME. Há, por exemplo, um papel importante dos conselhos municipais de educação que foram objeto de outro levantamento realizado também pelo Mieib no mesmo período.

Referências

CONTAGEM. 2020. *Percepções, reflexões e opiniões de profissionais da educação infantil da Rede Municipal de Contagem sobre o retorno*. Contagem, Grupo de Pedagog@s da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, 2020. (relatório)

DEMAILLY, Lise. *Politique de la relation: approche sociologique des métiers et activités professionnelles relationnelles*. Villeneuve d'Asq: Presses Universitaires du Septentrion, 2008.

GESTRADO. *Trabalho docente na educação básica em tempos de pandemia*. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte, UFMG, 2020. Disponível em <<https://gestrado.net.br/>>. Acesso em: 20/set/2020.

INEP. *Sinopse Estatística da Educação Básica 1999*. [Planilha Eletrônica]. Brasília: Inep, 2000. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 15/jul/2020.

INEP. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2019*. [Planilha Eletrônica]. Brasília: Inep, 2020. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 15/jul/2020.

INSTITUTO PENÍNSULA. *Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios de Coronavírus*. 2020. Disponível em: <https://institutopeninsula.org.br/pesquisa-sentimento-e-percepcao-dos-professores-nos-diferentes-estagios-do-coronavirus-no-brasil/>. Acesso em 30/set/2020.

MIEIB. *Mapeamento Nacional das Ações das Secretarias e Conselhos de Educação no Período da Pandemia de COVID-19: Análise técnica das respostas das Secretarias de Educação*. [Planilha Eletrônica]. Brasília: Mieib, 2020. Disponível em <<https://mieib.org.com>>. Acesso em: 10/out/2020.

SILVA, Jefferson; FISHER, Frida. Invasão multiforme da vida pelo trabalho entre professores de educação básica e repercussões sobre a saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 54, n. 3, p. 1- 8, 2020.

SOLDATELLI, Rosangela. *Processo de adoecimento de professores amplia durante pandemia*. In: Esquerda Marxista: corrente marxista internacional, 2020. Disponível em: <<https://www.marxismo.org.br/processo-de-adoecimento-de-professores-amplia-durante-pandemia/>>. Acesso em: 10/out/2020.

UNDIME. *Desafios das Secretarias Municipais de Educação na oferta de atividades educacionais não presenciais*. In: Educação Pública Eu Apoio, 2020. Disponível em: <<https://educacaoeuapoiio.com.br/pesquisa-desafios-das-secretarias-municipais-de-educacao/>>. Acesso em: 20/set/2020